

CENTRALIDADE INTERURBANA: uma abordagem conceitual

Paulo Henrique de Carvalho **BUENO**

Doutor em Políticas Públicas pela UFPI

Professor do IFPI – Campus Oeiras

ph21bueno@hotmail.com

RESUMO: As cidades, ao concentrarem a produção, o consumo e a gestão de bens e serviços, ensejam especializações funcionais de determinadas áreas. Essa concentração promove coesões entre formas e funções espaciais que configuram a centralidade intraurbana. Desse modo, entender a produção espacial urbana a partir da constituição e da dinâmica do fenômeno da centralidade permite análises consistentes sobre as lógicas das espacializações e distribuições das atividades humanas no tecido citadino e dos processos de reestruturação urbana por que passa a cidade. Com efeito, pautado em uma revisão bibliográfica, objetiva-se discutir a centralidade urbana como categoria de apreensão da produção e dos movimentos de reestruturação urbana e da cidade.

Palavras-chaves: Centralidade urbana. Cidade. Reestruturação. Produção espacial urbana.

INTERURBAN CENTRALITY: a conceptual approach

ABSTRACT: The cities, when concentrating a production, the consumption and management of goods and services, give rise to functional specializations of certain areas. This concentration promotes cohesions among space forms and functions that configure the intraurban centrality. This way, understanding the urban space production from the constitution and dynamic of the phenomenon of centrality permits consistent analysis about the logic of the spacialization and distribution of the human activities in the city network and of the processes of urban restructuring where the city goes. Consequently, based on a

literature review, it is aimed to discuss the urban centrality as a category of production concern and of the moves of urban and the city restructuring.

Keywords: Urban Centrality. City.Restructuring.Urban Space Production.

CENTRALIDAD INTERURBANA: un abordaje conceptual

RESUMEN: Las ciudades, al concentraren la producción, el consumo y la gestión de bienes y servicios, generan especializaciones funcionales de determinadas áreas. Esa concentración promueve cohesiones entre formas y funciones espaciales que configuran la centralidad intraurbana. De ese modo, entender la producción espacial urbana a partir de la constitución y de la dinámica del fenómeno de la centralidad permite análisis consistentes sobre las lógicas de las espacializaciones y distribuciones de las actividades humanas en el tejido citadino y de los procesos de reestructuración urbana por que pasa la ciudad. Con efecto, pautado en una revisión bibliográfica, se objetiva discutir la centralidad urbana como categoría de aprensión de la producción de los movimientos de reestructuración urbana y de la ciudad.

Palabras-claves: Centralidad urbana. Ciudad. Reestructuración. Producción espacial urbana.

INTRODUÇÃO

As produções espaciais urbanas constituem um fenômeno complexo e multifacetado. É que o espaço urbano é fragmentado, articulado e produto e condição do desenvolvimento das sociedades, campo simbólico e de lutas vividas cuja temporalidade e espacialidade lhe confere um caráter ímpar (CORRÊA, 1989). Assim, a ideia de espaço e tempo confere às produções espaciais uma dinâmica a partir da qual as sociedades atribuem novas funções às formas geográficas e um novo sentido à organização espacial pretérita. Esse movimento, ao tempo em que cria situações de equilíbrio, enseja pontos de partida para outro devir. Assim, as formas e os conteúdos participam dialeticamente com a sociedade do próprio movimento espacial (SANTOS, M., 2008, 2008a).

As atividades desenvolvidas no espaço da cidade ao longo do tempo a fizeram como centro das ações humanas, subordinando, particularmente após a Revolução Industrial do século XVIII, o campo, em suas relações de produção, consumo e gestão, e tornando-se o lugar de materialização de projetos e processos políticos e econômicos. A cidade é também o

ponto nuclear de administração e acumulação de capital, que na atualidade ocorre de forma mundializada, e o centro de comando das redes organizacional, temporal e espacial que sintetizam as problemáticas rurais, urbanas e do meio ambiente, sendo palco das lutas, conquistas e perdas dos grupos sociais que nela buscam melhor condição de vida (CORRÊA, 1989).

As cidades, ao concentrarem a produção, o consumo e a gestão de bens e serviços, ensejam especializações funcionais de determinadas áreas. Essa concentração promove coesões entre formas e funções espaciais que configuram a centralidade intraurbana. Desse modo, entender a produção espacial urbana a partir da constituição e da dinâmica do fenômeno da centralidade permite análises consistentes sobre as lógicas das especializações e distribuições das atividades humanas no tecido citadino e dos processos de reestruturação urbana por que passa a cidade. É que os movimentos que reestruturam o urbano ocorrem em diferentes escalas, do local ao global, e envolvem desde questões econômicas a sociais (SPÓSITO, 2011). Com efeito, pautado em uma revisão bibliográfica, objetiva-se discutir a centralidade urbana como categoria de apreensão da produção espacial da cidade.

CENTRALIDADE INTER E INTRAURBANA

As especializações empreendidas pela sociedade, repleta de clivagens, materializam-se de maneira complexa, multifacetada, plural, antagônica e tensa, com maior intensidade nas cidades porque é nelas que se concentra a maioria da população mundial. Essas fragmentações sociais se dão de modo desigual, seja nas suas manifestações, seja nas suas áreas de ocorrência, o que provoca diferenças perceptíveis na paisagem urbana (SPÓSITO, 2000).

Ao longo do processo de urbanização da sociedade capitalista, as cidades concentraram as funções de articulação entre os processos de produção, distribuição, troca, consumo e gestão do urbano, em suas mais variadas faces (CARLOS, 1992). O domínio das cidades sobre o campo explicita o surgimento da sociedade urbana, que nasce da industrialização, uma vez que, germinada nesse processo, acaba por determinar e absorver a produção agrícola. Assim, crescimento econômico e industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e efeitos, desencadeiam uma série de consequências sobre territórios, em distintas escalas. Desse movimento resulta que os agrupamentos tradicionais próprios à vida camponesa transformaram-se e integraram-se à indústria e ao consumo dos produtos gerados,

e a concentração da população acompanha a dos meios de produção, o que promove a centralidade urbana (LEFEBVRE, 2008).

Nesse processo, o essencial do urbano é a centralidade, a qual, por exigir um conteúdo, acaba por ser o sentido do espaço-tempo citadino. Destarte, para se discutir centro e centralidade do e no espaço urbano faz-se necessário entendê-los como contradições concretas e estudá-los na sua lógica e propriedades formais, o que remete a uma análise das relações existentes nesses paradoxos. O centro urbano, preenchido até saturar, supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo e na natureza: a indústria e seus produtos, os objetos e instrumentos, os atos e situações, os signos e símbolos. Ressalte-se que qualquer ponto pode tornar-se central, um nó de convergência, pois, conforme Lefebvre (2008), todo espaço urbano foi, é e será concentrado e poli(multi)cêntrico.

Para o autor, o espaço urbano produz e reproduz a cidade como um foco que materializa de forma ímpar o fenômeno da centralidade, uma vez que ela possui um magnetismo que atrai tudo para si, seja da natureza, seja do trabalho. Enfim, a cidade centraliza as criações e as produções, pois nada existe sem relações – troca, aproximação, distanciamento. O poder inerente ao contexto citadino e o urbano realizado na cidade propiciam a construção de uma centralidade, para onde convergem os acontecimentos dos fazeres diários. Nessa realização, a concentração sempre se enfraquece e se rompe, o que requer um outro centro, um outro lugar. Esse movimento, produzido pelo urbano, acaba por reproduzi-lo.

Essa dinâmica do e no urbano se constitui pelas interrelações entre formas e conteúdos, fixos e fluxos, produtos e produtores, objetos e ações, os quais se conjugam para produzirem fenômenos como o centro e a centralidade citadina. Tal movimento contraditório leva, segundo Lefebvre (2008, p.110),

- a) à *centralidade*, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o “centro decisional”, encarnação do Estado, com todos os seus perigos.
- b) à *policentralidade*, à oniscentralidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de *centros diferentes* (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação.

Conforme Lefebvre (2008), a dinâmica da produção espacial do centro urbano, é, assim como a cidade, produto de um processo social de organização do espaço e exprime as

forças em ação e a estrutura de sua movimentação interna. Como afirma Castells (2011), o centro urbano não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura cidadina. Destarte, essa definição encontra-se na relação com o conjunto da estrutura da cidade.

Dessa concepção, Castells (2011) nomeia quatro noções correlatas de centros que constituem a centralidade urbana – econômico, político-institucional, ideológico e meio social. O primeiro, centro urbano-permutador, corresponde à organização espacial dos canais de troca, no agrupamento humano, entre produção e consumo. O segundo, centro político-institucional, caracteriza-se pela articulação dos pontos fortes do aparelhamento estatal concretizados na estrutura urbana. O terceiro é o centro simbólico, marcado pela distribuição espacial dos pontos de intersecção dos eixos do campo semântico da cidade ou o(s) lugar(es) que condensa(m) de maneira intensa uma carga valorizante em função da qual se organiza de forma significativa o espaço urbano. O quarto, o centro meio social, se expressa pela organização espacial dos processos de reprodução e transformações das relações sociais de uma estrutura urbana.

Esses centros, que dinamizam a produção espacial da centralidade, acabam por complexificar o processo de sua constituição e transformações, pois produzem e reproduzem a centralidade intraurbana, entendida como especializações funcionais de algumas frações espaciais, fenômeno desencadeado pelas atividades da sociedade urbana – comércio, serviços, lazeres – no espaço citadino, que terminam por singularizar essas frações a partir da concentração e geração de fluxos permanentes de pessoas e mercadorias (SPÓSITO, 2002). A necessidade de concentração de equipamentos e serviços que favoreçam o crescimento *continuum* das dinâmicas contidas nas relações econômicas e sociais e que fomentam a produção implica produzir a mutação da centralidade (SILVA, 2001, 2001a).

Essas novas dinâmicas urbanas se produzem pela trama de relações materializadas na rede (material e imaterial – fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões, informações, mercadorias), que se concretiza no centro da cidade. Mas, como adverte Spósito (1991, p. 6), o centro:

[...] não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou; ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e é o ponto para onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com outras que

se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Ocorre que quatro características auxiliam na definição do centro: a acessibilidade, a mobilidade, a adequação e a localização. A acessibilidade é um fator básico na definição do centro, posto ser ele o lugar de máxima atração na cidade. Já a mobilidade dá-se no próprio centro, como forma de permitir a circulação e evitar-lhe o travamento, daí ser uma qualidade física que o espaço garante às coisas, o que se traduz em fluidez, posto que a mobilidade assegura a organização desse espaço (TOURINHO, 2004).

A adequação é outra marca do centro, referida a equipamentos urbanos ou a características ou usos, próprios ou adquiridos, do espaço de uma área, que lhe permite gerenciar diferentes contingentes de usuários que lhe propiciem a utilização e lhe desfrute os recursos. Por fim, tem-se a localização, compreendida como a soma das vantagens que um específico local do território apresenta devido às condições de sua particular circunstância, que lhe dá algum tipo de identidade: física, funcional, formal, topológica, simbólica, socioeconômica ou legal (TOURINHO, 2004).

Essas características instituem a lógica de integração e dispersão que qualifica o centro como produtor dos fenômenos de descentralizações e (re)centralizações que constituem as multicentralidades e promovem uma (re)estruturação urbana, entendida como cada estrutura resultante de um dado momento e de um contexto específico que, em outras realidades, se metamorfoseiam, mesmo mantendo elementos das formas e conteúdos pretéritos e se (re)produzindo constantemente (SPÓSITO, 1996). As transformações sociais e econômicas que ocorreram entre o final do século XX e início do XXI foram relevantes para a produção da centralidade intraurbana, posto que novas dinâmicas passaram a incrementar o processo. Como destaca Spósito (1996, p. 114),

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia.
2. A rapidez das transformações econômicas, que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis, impõe mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais, e a

sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades médias.

4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços.

Spósito (1996) sustenta que as transformações da centralidade complexificam a produção do espaço urbano pela redefinição da vivência diária das pessoas e das lógicas de localização e uso das atividades urbanas comerciais e de serviços. Logo, o debate da centralidade requer a análise da acessibilidade aos equipamentos e aos serviços urbanos, o que permite vislumbrar a lógica das localizações presentes nos deslocamentos das pessoas por meio de transporte individual ou coletivo. Contudo, discutir as localizações não se limita à cartografia do fenômeno. Como ressalta Villaça (2001, p. 72),

[...] há consenso atualmente que espaço urbano é produzido [...]. É produzido pelo trabalho social dispendido na produção de algo socialmente útil. Logo, esse trabalho produz um valor. Uma pergunta fundamental que poucos se fazem: qual é o produto desse trabalho? Há aí dois valores a considerar. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela *localização* dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte.

A localização de atividades comerciais e de serviços concentrada em certos pontos do espaço citadino e que produz o fenômeno de coesão espacial, possui elementos que o distinguem de outras áreas. É essa distinção que marca a diferenciação socioespacialintraurbana, configurada na divisão econômica e na divisão social do espaço. Consequentemente, processos, funções e formas-conteúdos distintos irão produzir diferenciações, articuladas entre si e tendendo à interdependências (CORRÊA, 2007, 2011).

A cidade, que materializa o urbano por excelência, se constitui também como espaço de (des)concentração e permite a (re)produção do centro, espaço concentrador de serviços, ao

tempo em que fomenta a dispersão de atividades para outras localizações ao longo do tecido urbano. Assim é que,

[...] contraditoriamente, ao manifestar a concentração de múltiplos papéis, tanto mais necessariamente concentrados e hierarquizados organizadamente na área de melhor acessibilidade no interior das cidades, o centro é resultado de crescimento delas, por sua vez originárias da própria divisão social do trabalho. Em outras palavras, quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais capital se concentra, o que quer dizer especialização dos lugares, mas também um lugar de concentração, que é o centro, uma área no interior da cidade onde a circulação e as trocas de mercadorias e do dinheiro vão se realizar rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços (SPÓSITO, 1991, p. 7).

O atual processo de globalização promove novas dinâmicas para o crescimento das cidades, uma vez que as realidades impostas por esse fenômeno (re)definem possibilidades de conexões múltiplas entre as urbes de diferentes dimensões (populacional, econômica, etc), que desfazem hierarquias e estabelecem simultaneidade de comunicação, acarretando uma rede complexa de relacionamentos nos espaços interurbanos ou intraurbanos (DAMIANI, 2006). Tal realidade, que tem como um de seus promotores a mobilidade territorial do capital, faz com que a cidade se especialize para buscar um diferencial de concorrência no mercado. Nesse sentido, as complexidades das interconexões citadinas ensejam a construção e reconstrução de territórios na rede urbana, potencializando o processo construtivo da centralidade intraurbana. Esse fenômeno pode ser medido a partir da atração que uma área exerce sobre as adjacências, centrada, principalmente, em atividades comerciais e de serviços concentrados e que geram fluxos permanentes de pessoas e mercadorias (SPÓSITO, 2002).

Sob essa ótica, a centralidade constitui-se como processo e o centro ou centros como sua expressão territorial. Dessa forma, a centralidade relaciona-se aos processos de materialização em certos pontos citadinos, identificados e caracterizados pela densidade dos fluxos e fluidez no território. Isso permite a configuração de uma centralidade múltipla e complexa – multi(poli)centralidade – no lugar de uma centralidade principal (SPÓSITO, 1996). Aliás, essa configuração multifacetada da centralidade reflete um dos processos da (re)estruturação urbana e suas dinâmicas, que se concretizam na cidade.

Assim, as características da concentração de atividades e fluxos de pessoas e capital numa dada área do território ganham relevância no entendimento da (re)estruturação da

cidade a partir da dinâmica de (des)concentração territorial urbana, que configura a centralidade. Nesse movimento, a centralidade única ou monocêntrica sofre mutações em direção a uma descentralização funcional, marcada pelo desdobramento da área central, formação e consolidação de subcentros, fenômenos que se incrementam pela expansão da malha urbana. Para Spósito (1998), a expressão completa desse processo é a diversificação da centralidade intraurbana e interurbana, haja vista que novas formas de comércio e de serviços promovem novos fluxos entre cidades de diferentes portes e permite a emergência de uma centralidade múltipla e complexa no lugar da centralidade principal, e muitas vezes única, que marcou, há algumas décadas, a estruturação interna.

A (re)produção de um centro na cidade pauta-se por sua localização e funcionalização no tecido urbano, uma vez que a coesão espacial facilita a acessibilidade dos usuários aos serviços demandados. Mas o crescimento e o adensamento da malha urbana provocam processos de descentralização e desdobramentos das atividades comerciais e de prestação de serviços (SPÓSITO, 1996; VILLAÇA, 2001).

Como a descentralização da área central não ocorre em áreas contíguas ou em subcentros, numa réplica menor (VILLAÇA, 2001), tal fenômeno não deve ser caracterizado como mera expansão geográfica. Na verdade, essa descentralização se marca pela concentração de certas atividades especializadas, sendo esse nível de especialização funcional ou socioeconômica traduzido, em alguns casos, na procura dos segmentos de maior poder aquisitivo do mercado por comércio e serviços fora do centro tradicional. Uma das formas dessa descentralização expressa-se na especialização de atividades terciárias ao longo de vias de maior circulação de veículos, refletindo-se na configuração concentrada de eixos comerciais e de serviços em algumas frações espaciais citadinas (SPÓSITO, 1996, 2001).

Com essas mutações das centralidades ocorre a expansão das áreas centrais, que se realiza pela absorção de áreas contíguas e a expulsão da população residente pela refuncionalização espacial do uso do solo para fins comerciais e prestação de serviços, o que envolve demolições de antigas residências e adaptações de edifícios, para satisfazer o novo modelo. Em cidades maiores, como as metrópoles nacionais e regionais, tal expansão acompanhou-se da emergência de subcentros, resultantes de um crescimento territorial citadino em que a aglutinação num único centro de atividades comerciais e de serviços tornou-se impraticável. Essa dinâmica, como assinala Spósito (1991), decorre do aumento das distâncias dos novos assentamentos habitacionais do centro principal, da ineficiência do sistema viário e de transporte coletivo e da proliferação do uso do automóvel individual. Os subcentros, conforme a autora,

[...] podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal, com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Tais atividades, voltadas para um público mais restrito, funcional ou economicamente (como, por exemplo, livrarias especializadas, galerias de arte, oficinas de confecção de calçados sob medida, etc), estavam localizadas no centro principal; a partir da década de 80, estas atividades têm procurado novas localizações, ou em função do aumento do preço da terra no centro e/ou porque o público ao qual se destinam já não circula com tanta frequência nessa área (SPÓSITO, 1991, p. 10).

Além dos subcentros, outro fenômeno que concretiza as transformações por que passa a centralidade intraurbana refere-se ao papel dos *shoppings centers*. Esse modelo arquitetônico voltado para o consumo reúne em si uma gama de prestadores de serviços ligados ao comércio dos mais variados ramos, constituindo-se uma reprodução, em nova localização, de atividades que ocupavam o centro tradicional, com as mesmas qualidades (melhores, na maioria dos casos, dependendo do ângulo de análise), porém associadas a um novo padrão de acessibilidade, uma vez que alocados próximos a vias expressas e conjugadas a extensas áreas de estacionamento (SPÓSITO, 1991). Dessa forma,

[...] ao contrário dos eixos de *desdobramento* da área central, cada vez mais caracterizados por um nível maior ou menor de especialidade funcional, os *shoppings* podem ser identificados por uma multiplicidade funcional (talvez, não tão ampla quanto a do centro tradicional), mas por uma especialização socioeconômica, na medida em que se voltam para clientelas de maior poder aquisitivo, oferecendo facilidades de acesso para transporte individual, abrigo, segurança, beleza arquitetônica, etiquetas, enfim, de ‘distinção social’. A este respeito, é interessante observar que, face ao caráter de dominação ideológica dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo, os *shoppings* (como magazines e calçadões nas décadas anteriores) passaram a ser áreas de maior atração para o lazer das faixas sociais de menor poder aquisitivo, como se observa na frequência aos domingos, e até pela organização de *tours* das cidades menores ao *shopping* mais próximo (SPÓSITO, 1991, p. 12).

A discussão acerca dos *shoppings* revela que modificações significativas ocorrem nas expressões da centralidade, as quais promovem uma (re)estruturação urbana empreendida,

cotidianamente, pelas classes sociais. Destarte, compreender essas dinâmicas permite vislumbrar os padrões (ações, processos e conflitos) das produções espaciais que se realizam na cidade. A construção desses estabelecimentos fomenta, dentre outros fenômenos, a reestruturação das linhas de transportes públicos, requerem a abertura ou refuncionalização de vias de acesso e promovem a valorização espacial urbana.

As produções espaciais urbanas possuem uma dinâmica intraurbana que se (re)constrói cotidianamente. Para sua compreensão, pode-se partir da identificação e análise das áreas de concentração de atividades no espaço urbano, ou seja, a centralidade. Logo, o espaço urbano, fragmentado, articulado e caracterizado por diferentes formas de uso da terra (CORRÊA, 1989), é uma forma espacial que surge como produto dessas variadas mudanças urbanas.

A organização espacial das cidades evidencia o surgimento do centro, que exerce a centralidade de forma superlativa (TOURINHO, 2004), mas os movimentos da sociedade no espaço urbano levam à constituição de novas áreas com expressivas atividades comerciais e de serviços e com um fluxo tal que fomenta mutações na centralidade. Nesse processo, o território citadino torna-se descontínuo e criam-se outros espaços, que representam essa fragmentação pela descentralização de atividades ou a emergência de subcentros. Ocorre, enfim, a criação de espaços com funções específicas, como produção, consumo e moradia, entre outras, que influem no valor dessas áreas. Destarte, essas novas áreas de concentração, que põem em relevo a centralidade, auxiliam na compreensão da (re)produção do espaço urbano (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010).

Para a discussão da centralidade, é crucial entender as dinâmicas socioeconômicas que engendram a cidade e, por conseguinte, o seu espaço. A produção e reprodução das centralidades intraurbanas é um dos elementos da redefinição dessa forma espacial e da própria dinâmica social contemporânea, já que explica os processos de diferenciação socioespacial ocorridos (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010).

Muitos estudos têm se voltado para análises das expressões da centralidade e sua apreensão como fenômenos de (re)produção do espaço urbano e sua manifestação em cidades de variados portes e escalas¹. Nas cidades pequenas, caracterizadas, dentre vários fatores, por um reduzido contingente populacional, constata-se que seus conteúdos não apresentam a mesma visibilidade com que o fenômeno ocorre nas médias ou grandes, o que sugere um estudo a partir de parâmetros distintos. Mas, mesmo com essas diferenças, uma cidade com diminuta população acaba por centralizar fluxos de pessoas, seja os de seu território municipal, seja o de outros, constituindo, também, sua centralidade inter e intraurbana (OLANDA, 2010).

A centralidade, compreendida como articulação entre fixos e fluxos nas escalas local, regional, nacional e global e permeada pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, R. 2008), promove uma série de modificações nas produções espaciais citadinas, que se transmutam em territorializações, desterritorializações e reterritorializações empreendidas por distintos agentes nas pequenas, médias e grandes urbes. Conseqüentemente, a especialização funcional pela oferta de um determinado serviço por uma cidade ou por uma fração espacial acaba por dinamizar os deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações, quer na escala intraurbana, quer na interurbana.

Santos, R. (2008) analisou os serviços de saúde em Paranaíba (PR) como dinamizadores de territórios a partir do centro e da centralidade. Para o autor, esses serviços se ajustam ao mercado de modo articulado, moldando-o e sendo moldado pela economia capitalista, uma vez que inseridos no contexto de ampliação das formas/conteúdos de produção capitalista e sua diversificação. Nesse cenário, indaga o autor: “[...] por que se formam centros dotados de especificidades complexas, tendo atuação que transcende a escala da cidade, provendo toda uma população regional?” (SANTOS, R., 2008, p. 70).

A reflexão de Santos, R. (2008) põe em relevo o fato de que os serviços de saúde entram na lógica capitalista e trazem para as produções espaciais urbanas novas configurações, que acabam por transformar esses espaços. Isso permite discutir como serviços e outras atividades comerciais se concentram, se localizam, desencadeiam fluxos e fixos, dinamizam e transmudam a expressão da centralidade intra e interurbana, a partir da (re)construção de territórios e territorialidades da rede urbana.

Lago (2010) analisou a espacialização dos equipamentos de saúde em Recife (PE), a partir das lógicas do público e do privado na organização e gestão espacial, buscando responder se a capital pernambucana se constitui um polo de desenvolvimento ou de crescimento em serviços de saúde. Conclui o autor que Recife é polo de crescimento, uma vez que a qualidade, a acessibilidade e o uso dos serviços não são disponibilizados a todos de maneira equânime, constatando ainda que, em Recife vem configurando-se um processo de descentralização dos serviços de saúde, principalmente os privados, da área central para o bairro de Boa Viagem, espaço em que residem grupos sociais de alta renda que demandam serviços específicos e próximos aos seus locais de moradia.

Tavares (2010) discute o uso do território pelos serviços de saúde privados e as dinâmicas por eles empreendidos em Natal (RN) em que dois bairros (Petrópolis e Tirol) se sobressaem em termos de oferta. Argumenta a autora que as condições oferecidas pelo espaço

orientam às lógicas de localizações dos serviços, uma vez que buscam garantias de reprodução das relações de produção.

Tavares (2010) conclui que quatro elementos foram fundamentais para a constituição da territorialização desses serviços nos bairros Petrópolis e Tirol: 1) produção de um sistema de infraestrutura urbana e serviços públicos ao longo dos anos, que privilegiaram esses espaços; 2) os dois bairros localizam-se em uma área próxima à região central, o que permite uma fluidez territorial a partir das principais vias de circulação natalense; 3) nesses espaços habitam os estratos sociais de mais alta renda; 4) os primeiros grandes equipamentos de saúde públicos e privados da capital aí localizaram-se, funcionando como ímã para outros serviços de saúde, sejam complementares, sejam correlatos.

Na verdade, as análises de Tavares (2010) esforçam-se em evidenciar os territórios usados pelos serviços de saúde privados da capital potiguar. A autora não se utiliza da compreensão da centralidade como mecanismo de leitura da realidade urbana por ela discutida, mas sua pesquisa permite inferir que esses empreendimentos configuram o centro de saúde de Natal e expressam sua centralidade intra e interurbana.

Fenômeno semelhante se vem verificando em Teresina, com a constituição de subcentros, como constata Lima (2011), que toma como foco empírico o bairro Itararé (zona Sudeste). Utilizando-se do critério da funcionalidade desse espaço a partir da observação e análise das atividades comerciais e de serviços localizados na área, o autor buscou identificar elementos fixos que caracterizassem uma distinção funcional da área, em relação ao todo citadino, capaz de atrair fluxos de pessoas, veículos, mercadorias e informações, concluindo que o bairro Itararé possui elementos que o configuram como um subcentro da capital piauiense, com atributos que assim o qualificam, pois serve de espaço de consumo das necessidades dos moradores do entorno, o que faz Teresina ser multicêntrica, ou seja, além do centro principal, tem um subcentro, com atividades comerciais e de serviços típicos da área central. No mesmo estudo, aponta o autor para novas centralidades ou subcentros em consolidação, com destaque para o bairro Parque Piauí (zona Sul).

Ainda em relação à Teresina, Bueno (2015) analisou a produção, o uso e a gestão dos territórios dos serviços de saúde da zona Leste da capital piauiense, especificamente nos bairros Fátima, Jóquei e São Cristóvão. Constatou o autor que essa nova centralidade tem como principal fator mobilizador a busca de um público consumidor diferenciado social e economicamente, para a qual concorrem outros fatores, como a relativa saturação espacial do centro principal da capital, o que enseja a demanda de novas frações espaciais para sua produção e reprodução. Na verdade, a constituição da centralidade dos serviços de saúde em

Teresina tem seu marco inicial com a instalação do Hospital Getúlio Vargas (1941) no bairro Centro. Desde então, em suas proximidades, foram se instalando outros hospitais, clínicas, laboratórios e atividades correlatas, principalmente ao longo dos anos 1980 e 1990, o que promoveu a consolidação da centralidade e expansão da área central desses serviços para bairros adjacentes (Ilhotas, Marquês e Piçarra). A partir dos anos 2000, Teresina assiste a um movimento de descentralização dessas atividades de saúde para a zona Leste, principalmente em seus bairros mais centrais, Fátima, Jóquei e São Cristóvão, o que se configura, na atualidade, como uma nova área de centralidade no espaço urbano teresinense.

A centralidade intraurbana e suas expressões, como parte do processo de produção e reprodução espacial cidadina, configura-se como um dos elementos de apreensão dessa realidade. Lopes Júnior e Santos (2010), ao examinarem teoricamente a (re)produção do espaço urbano a partir da centralidade e a configuração de novas áreas de concentração, concluem que 1) o surgimento de novas áreas com significativas atividades comerciais e de serviços modificam a organização espacial das cidades, ensejando uma descontinuidade do território, fragmentando-o pela constituição de novas centralidades; 2) atualmente, identifica-se a produção de espaços interiores na cidade com funções específicas (produção, consumo, moradia e outras) que influem no valor dessas áreas, de acordo com sua característica ou tipo de atividade, sendo um fenômeno evidenciado primeiro nas metrópoles e grandes cidades, mas que, já em um segundo momento, se realiza nas médias; 3) as áreas centrais das cidades atravessaram um período de êxodo dos moradores tradicionais e de concentração do comércio voltado ao público que necessita principalmente de transporte público, realidade que tem propiciado um debate intenso sobre a deterioração, revitalização ou refuncionalização das áreas centrais; 4) o distanciamento do gerenciamento e a presença do caráter empresarial colocam a cidade, cada vez mais, como negócio. Aliás, quando se divulga o processo de deterioração, o que ocorre é uma reorganização espacial relacionada ao próprio processo de novas centralidades.

Outra conclusão apresentada pelos autores diz respeito ao papel fundamental da localização na valorização do solo urbano e no incremento da especulação imobiliária. Nesse registro, destacam os *shoppings centers* que, pelo alto investimento imobiliário envolvido, cumprem a lógica da localização como primordial no atendimento de toda uma região, com o maior número possível de consumidores (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010).

A sexta conclusão focaliza o fenômeno da especialização de áreas comerciais e de serviços como outro processo espacial, identificável não apenas no centro tradicional. Trata-se de um processo que representa uma aglomeração de comércio e serviços que objetiva

privilegiar-se dessa concentração e localização. Contudo, tal concentração também ocorre em setores mais distantes do centro, como subcentros e eixos comerciais, os quais surgem em função da população, principalmente a periférica, que passa a ter as necessidades atendidas em parte, sem realizar grandes deslocamentos (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010), como evidenciou Lima (2011), em estudo sobre Teresina.

A sétima conclusão refere-se à discussão da relação entre centro, periferia e novas centralidades com a dimensão social e econômica que, por ser dinâmica, altera constantemente o espaço urbano, sendo a própria morfologia citadina alterada pela definição das novas centralidades. Nesse sentido, a hierarquia intra e interurbana sofre modificações em que as relações de interdependências entre centro e periferia, assim como a díade concentração e descentralização, precisa ser relativizada, para uma compreensão mais profunda das novas centralidades, configuradas nos espaços urbanos (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010).

Com efeito, percebe-se que as dinâmicas presentes na centralidade urbana envolvem a estruturação interna da cidade, como a nova localização dos equipamentos de comércio e de serviços, a criação de núcleos habitacionais e condomínios, a especulação imobiliária, a exclusão, a segregação e as próprias medidas adotadas pela gestão municipal. Dessa forma, a compreensão dessas novas áreas de concentração ou centralidades está intimamente relacionada à análise dos processos de (re)produção do espaço urbano e sua reestruturação (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010).

As expressões da centralidade, seja no nível intraurbano, seja no interurbano, sofrem mutações que resultam das transformações por que passam a sociedade em suas variadas dimensões, da econômica à política. Nessa direção, a produção do espaço urbano a partir da constituição de áreas especializadas na produção e consumo de atividades comerciais e de serviços possibilita um jogo dialético entre sociedade, mercado e Estado, o que se reflete nas formas e conteúdos espaciais, sendo a centralidade produto e produtora da realidade vivida.

Assim, a compreensão da constituição da centralidade e suas expressões e transformações é fundamental na apreensão das (re)configurações socioespaciais e suas lógicas, dinâmicas e ações de diversos agentes produtores do espaço urbano. Daí que o debate da centralidade exercida pelas atividades comerciais e de serviços presentes na cidade permite compreender a (re)produção de territórios, territorialidades e desterritorialidades espacialmente identificáveis e auxiliam no entendimento dos processos de (re)estruturação urbana da cidade contemporânea.

Nessa direção, pensar a (re)estruturação urbana e da cidade requer a compreensão que esses dois fenômenos tem diferenciações, mas mantêm-se articulados e indissociáveis. Essa (re)estruturação urbana (re)configura o tecido citadino, uma vez que a sociedade encontra-se em “[...] um período em que se observa amplo e profundo conjunto das mudanças, no que concerne aos processos de estruturação urbana e das cidades” (SPÓSITO, 2007, p. 1).

A ideia de reestruturação urbana parte da compreensão da urbanização como movimento temporal e espacial, que se caracteriza como um modo de vida e como um fenômeno que promove transformações territoriais nas mais variadas dimensões humanas (SPÓSITO, 2004; RODRIGUES, 2013). Nessa senda, a reestruturação urbana corresponde às dinâmicas e processos referentes aos espaços regionais que ocorrem na rede urbana de uma dada espacialidade. Já a reestruturação das cidades refere-se às dinâmicas e processos presentes na escala intraurbana. Destarte, articulam-se duas escalas geográficas e distintas, mas interligadas, a interurbana e a intraurbana, com diversas determinações entre si (SPÓSITO, 2007).

Refletir sobre as dinâmicas e processos constituintes da (re)estruturação urbana e da cidade remete à compreensão dos movimentos da sociedade em seu viver diário, a qual (re)produz formas e funções aos espaços construídos e nas relações sociais. Nesse sentido, ocorrem (re)funcionalizações do tecido citadino, tendo em vista sua adequação às novas de formas de uso, produção, organização e apropriação do solo urbano. Em relação à estrutura interna das cidades, ressalta Spósito (2007, p.1) que:

[...] todas passam por mudanças significativas, oferecendo-se elementos para se reconhecer uma reestruturação e não apenas estruturação de seus espaços urbanos; essas mudanças assemelham-se às das metrópoles no que tange aos interesses que as determinam, mas diferem significativamente no que diz respeito às estruturas urbanas geradas.

São essas mudanças na morfologia urbana e em suas funções, que fomentam a configuração de fenômenos como a centralidade, a multi(poli)centralidade, a descentralização, a produção imobiliária de condomínios fechados (verticais e horizontais), a construção de *shoppings*, a (re)estruturação urbana, a (re)produção da segregação e diferenciação socioespacial. Enfim, a produção do espaço urbano resulta das relações entre as distintas escalas, de estruturação urbana (rede urbana) e da cidade (espaço intraurbano). Daí que, como propõe Santos, J. (2008, p. 90), pode-se utilizar:

[...] a expressão *estruturação urbana* para identificar o conteúdo e as contradições, continuidades e descontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização. Essa estruturação urbana, entendida a partir do *sistema de ações* que garante a reprodução do espaço urbano, ao mesmo tempo em que por esse passa a ser determinada. E a *expressão estruturação* da cidade para identificar a materialização de tais processos, continuidades e descontinuidades territoriais, ações e reações, no nível intraurbano, pensando no *sistema de objetos*.

Pensar a estrutura urbana é compreender a produção espacial e a reprodução da sociedade como par dialético em que as formas lhes são expressões materiais, as quais envolvem as dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais, definindo conteúdos, ou seja, a estruturação das cidades. Nesse sentido, as funções que assumem as frações espaciais da cidade, sejam as de alocação de atividades comerciais e de serviços, sejam as voltadas para o lazer e entretenimento, sejam as residenciais, revelam os diferentes usos e apropriações do solo urbano no interior da urbe (SPÓSITO, 1991). Enfim, a cidade se constitui como uma mercadoria em que o consumo dos espaços evidencia os conflitos entre os agentes produtores e suas lógicas (CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2001; WHITACKER, 2003).

CONCLUSÃO

O processo de (re)estruturação urbana e da cidade, como indica a presente reflexão, ocorre nas mais variadas realidades urbanas. Verifica-se nas urbes, atualmente, a constituição de dinâmicas que envolvem a verticalização da cidade, a consolidação de frações espaciais em que habitam estratos sociais de mais alta renda, a construção de *shoppings centers*, áreas de lazer e entretenimento, a descentralização de atividades comerciais e de serviços, o surgimento de subcentros, a edificação de pontes que fomentam a expansão, a mobilidade e a acessibilidade urbana.

Nessa direção, argumenta-se que a utilização da categoria centralidade, entendida como a capacidade de alguns espaços citadinos gerarem fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações, torna-se útil para a leitura e compreensão da produção espacial urbana, o que torna possível a explicação das contradições e desigualdades presentes na produção do urbano.

Notas

1. Citam-se os estudos de Cruz (2013), Rodrigues (2013), Santos (2013), Diógenes (2012), Lima (2011), Lago (2010), Sales (2009), Sousa (2009), Kneib (2008), Santos, J. (2008), Arazaki (2007), Deus (2007), França (2007), Lopes Júnior (2007), Loureiro (2006), Montessoro (2006), Silva (2001a, 2006), Vilela (2006), Barbosa (2005), Ruiz (2004) e Whitacker (2003).

Trabalho enviado em Junho de 2016
Trabalho aceito em Novembro de 2016

REFERÊNCIAS

ARAZAKI, Elisabete T. **Centralidade de Curitiba:** cenário metropolitano de desenvolvimento econômico local. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontífica Universidade Católica, Paraná, 2007.

BARBOSA, Mariana. **Ruas da cidadania:** um instrumento do processo de descentralização urbana em Curitiba. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. **Centralidade dos serviços de saúde em Teresina (PI):** produção, uso e gestão de territórios na zona Leste da cidade. 2015.195f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

CARLOS, Ana F. A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4. ed., Tradução de Arlene Castro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CORRÊA, Roberto L. Sobre agentes, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana. F. A; SOUZA, Marcelo L. de; SPÓSITO, Maria. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-52.

_____. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, Presidente Prudente-SP, v.4, n.6, p. 61-72, 2007.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Patrícia F. de S. **Reestruturação urbana em Petrolina (PE):** um olhar a partir da implantação de novos produtos imobiliários. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DAMIANI, Amélia L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália I. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, Diciembre, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damianipdf>. Acesso em: 8 jun. 2012.

DEUS, Adailton. I. de. **A Berrini na centralidade de São Paulo**. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIÓGENES, Beatriz H. N. **Dinâmicas urbanas recentes na área metropolitana de Fortaleza**. 2012. 360f Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2012.

FRANÇA, Iara S. de. **A cidade média e suas centralidades:** o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 255f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2007.

LAGO, Washington. L. S. **O polo médico-hospitalar de Recife e a espacialização dos seus equipamentos de saúde:** polo de crescimento ou de desenvolvimento? 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3 reimpressão. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Paulo H. G. **A ocorrência da policentralidade em Teresina-PI**: a formação de um subcentro na região sudeste. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2011.

LOPES JÚNIOR, Wilson M. **Centro, periferia e novas centralidades em cidade média**: o caso de Bauru – SP. 2007. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LOPES JÚNIOR. Wilson M.; SANTOS, Regina C. B. dos. Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades. **Revista RA'EGA**: Curitiba, n.19, p.107-123, 2010. Editora UFPR.

LOUREIRO, Ana C. N. da S. **Rio de Janeiro**: uma análise da perda de centralidade. 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

KNEIB, Erika C. **Subcentros urbanos**: contribuição conceitual e metodológica à sua definição e identificação para o planejamento de transportes. 2008. 206f. Tese (Doutorado em Transportes)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MONTESSORO, Cláudia C. L. **Centralidade urbana e comércio informal**: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis – GO. 2006. 383f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

OLANDA, Elson R. **Sanclerlândia**: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades. 2010. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

RODRIGUES, Andréia de S. R. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG**: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades. 2013. 291f. Tese (Doutorado em Geografia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RUIZ, João A. M. **Shopping Centers: segregação, exclusão e inclusão.** Análise a partir de bairros residenciais em Presidente Prudente/SP. 2004. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SALES, Andréa. L. P. **O centro principal de João Pessoa: espacialidade, historicidade e centralidade.** 2009.141f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, César R. S. **A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana.** 2013. 320f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Jânio L. de J. **A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador.** 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia)– Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed., São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Manual de geografia urbana.** 3. ed., São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, Regerson F. dos. **A centralidade e o centro como dinamizador dos territórios: os serviços de saúde em Paranavaí – PR.** 2008. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SILVA, William R. da. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana – Londrina e Maringá.** 2006. 280f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2006.

_____. Fragmentação do espaço de Londrina. **Geografia: Londrina**, v.10, n.1, jan./jul. p. 5-14, 2001.

_____. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Revista Formação:** Presidente Prudente/SP, n. 8, p. 107-115, 2001a.

SOUSA, Marcos Vinicius Mariano de. **Cidades Médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais de Uberlândia (MG)**. 236f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

SPÓSITO, Maria E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana. F. A.; SOUZA, Marcelo. L. de; SPÓSITO, Maria. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-146

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova** (Barcelona), v. 11, p. 11, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. Centralidade intra-urbana. Conjuntura: **Presidente Prudente**, p. 49-52, Presidente Prudente: GASPERR, FCT, UNESP, 2002. Número especial.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed., São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 04, p. 27-37, 1998.

_____. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro. L. (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente/SP: GASPERR, 1996.

_____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geográfica**, n. 10, p. 01-18, Presidente Prudente/SP, 1991.

TAVARES, Edseisy S. B. **O uso do território pelos serviços privados de saúde em Natal/RN**. 2010. 184f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

TOURINHO, Andréa. de O. **Do centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. 2004. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VILELA, Nice M. **Hipercentro em BH: movimentos e transformações espaciais recentes**. 2006. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITACKER, Arthur M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 2003. 238f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.